

# Apresentação



## **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**

José Marcos Pinto da Cunha

### **Introdução**

Este livro foi organizado de maneira a permitir ao leitor uma reflexão tanto teórica, como metodológica sobre o significado, dificuldades, desafios e cuidados que cercam os estudos sobre a “mobilidade espacial da população”.

Agora, por que usar este termo e não diretamente migração? Será que faz alguma diferença pensar em um fenômeno de uma ou outra maneira? A resposta que se propõe é sim. De fato, como lembram Wunsch e Termote (1978, p.196)<sup>1</sup> mobilidade espacial refere-se à “habilidade” de mover-se no espaço fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários dos quais os mais conhecidos são os pendulares. De fato pode-se dizer que sob um conceito amplo e mal definido, mesclam-se processos complexos e diversificados, que emergem na resultante redistribuição da população no espaço. Desde mudanças de residência relacionadas a momentos do ciclo vital

---

<sup>1</sup> WUNSCH, G. and TERMOTE, M.G. Introduction to Demographic Analysis: principles and Methods. Plenum Press, New York, 1978.

até movimentos que significam etapas de ascensão na escala social, diversos e complexos são os fatores subjacentes aos deslocamentos populacionais de uma área a outra (Patarra e Cunha, 1987, p.32).<sup>2</sup>

Ou seja, considera-se que partir de reflexões que não apenas partam de uma terminologia mais ampla, mas também de uma visão mais complexa do que seria a movimentação da população no espaço, representaria a priori uma vantagem para melhor se compreender a real característica, condicionantes e consequências da dinâmica da população nos seus vários contextos socioespaciais. Como veremos em vários dos textos deste livro, esta diversidade e complexidade de movimentos exigem novos esforços teóricos e metodológicos, a ampliação das fontes e tipos de dados coletados, bem como a utilização cada vez mais criativa das informações já existentes.

No entanto, isso não significa descartar a noção de migração. Afinal, esta variável é parte constitutiva do pensar demográfico, já que representa um dos três pilares a partir dos quais se pode estudar a modificação do tamanho, estrutura e distribuição espacial da população. Não significa, portanto, abandonar ideias já consolidadas, ou propor uma nova maneira de se pensar a dinâmica demográfica. Na verdade, podemos pensar que rotular determinado movimento como migração ou algum outro tipo de mobilidade espacial dependeria muito menos de conceitos herméticos predefinidos, do que a real definição do fenômeno como objeto de estudo. Assim, seria possível pensar a migração a partir de duas perspectivas: por um lado, como fenômeno demográfico, e por outro lado, como processo social. Mesmo tendo em conta que tal separação tende a ser artificial, na medida em que, ao menos os demógrafos, em geral, não estabelecem a separação destas duas dimensões, não há como negar que observado como componente do crescimento demográfico, a migração não apresenta qualquer problemas quanto à sua definição: será considerado desta forma qualquer movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população.

De fato, embora as várias definições encontradas em textos especializados ou em manuais tenham um caráter, em geral, normativo quanto ao que deve

---

<sup>2</sup> PATARRA, N. e CUNHA, J.M.P. Migração um tema complexo. Revista São Paulo em Perspectiva, v.1, n.2, jul./set., 1987.

ou não deve ser considerado migração, devemos ter em conta que tal postura estaria muito mais atrelado à necessidade de padronização ou à disponibilidade de dado, do que propriamente a uma definição ou, o que seria muito mais complexo, uma conceitualização do que seria o fenômeno.

For a movement to be considered a migration, it must (grifo nosso) be across a political or administrative boundary, and involve a change of 'usual residence' (Bilsborrow, 1998, p.3)<sup>3</sup>.

Como se nota na definição acima, o caráter normativo (caracterizado pelo termo "must") fica muito claro uma vez que considera migração apenas o movimento que se dá entre divisões políticas administrativas. Outra definição mais "flexível", embora bem mais indefinida é proposta pela Nações Unidas em seu famoso manual sobre migração:

traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia (Naciones Unidas, 1971, pg.2)<sup>4</sup>.

Neste caso fica bem mais aberta a possibilidade de se pensar em deslocamentos entre unidades espaciais diversas e não necessariamente constituídas formal ou administrativamente.

De qualquer forma, uma característica tem balizado todas estas definições e coloca novamente uma grande dificuldade para estabelecer a noção de migração, em particular, na atualidade: a mudança de residência. De fato, como nos mostra Domenach e Picouet (1995)<sup>5</sup> é cada vez mais difícil definir o que seria uma mudança permanente ou não de domicílio o que colocaria, portanto, em xeque qualquer definição como as anteriormente mencionadas.

Contudo, ao voltarmos nossa atenção à migração como fenômeno demográfico, podemos dizer que todas estas questões se não perdem importância, ao menos seriam relativizadas. Senão vejamos. Como componente do crescimento populacional, a migração deveria ser considerada como qualquer entrada ou saída de pessoas, independentemente da escala

<sup>3</sup> BILSBORROW, R. Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues. FNUAP, New York, 1998.

<sup>4</sup> NACIONES UNIDAS, Métodos de Medición de la Migración Interna, Manual VI, Nueva York, 1972.

<sup>5</sup> DOMENACH, H. e PICOUE, M. Las Migraciones. Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicaciones, Córdoba, Argentina, 1995.

espacial, no período de tempo considerado; ou seja, do ponto de vista puramente demográfico, o que nos interessa é saber como a população de um determinado território – seja um país, um estado, um município ou até mesmo um pequeno bairro – foi modificado ao longo de um período de tempo pela movimentação de pessoas que poderiam incrementar (os imigrantes) ou reduzir (os emigrantes) o seu tamanho (e composição).

Já do ponto de vista do fenômeno como processo social certamente a compreensão e conceito do que seria ou não migração deveria sofrer forte interferência em função da forma como o concebemos – a construção do objeto –, sobretudo como aspectos constituinte de dinâmica socioespacial. De certa maneira, a definição de migração dependeria muito mais do enfoque e interesses do pesquisador do que propriamente dos dados, divisões administrativas ou convenções pré-existentes. Talvez um exemplo interessante deste tipo de questão que se impõe ao pesquisador seria o conceito de “espaço de vida” desenvolvido por Courgeau (1988)<sup>6</sup>. Considerado como “porção do espaço no qual o indivíduo realiza todas suas atividades” esta forma de relacionar o indivíduo com o território poderia, por exemplo, levar uma definição do tipo: “las migraciones son entendidas como un traslado que suponen un cambio del espacio de vida de los individuos...” (Giusti e Calvelo, 1999)<sup>7</sup>.

Ou seja, uma proposição claramente independente de um recorte político-administrativo que tende a nortear as definições, para assim dizer, orientadas pelo enfoque demográfico. Obviamente que as dificuldades conceituais e, sobretudo operacionais para a realização de estudos tendo como ponto de vista o “espaço de vida” tornam esta opção um desafio muito maior. Assim, o que poderíamos compreender como migração a partir de um ponto de vista, poderia não sê-lo a partir do outro.

Um caso exemplar desta discussão seria a migração (ou mobilidade residencial) intrametropolitana, fenômeno que não apenas interfere no crescimento e forma das grandes aglomerações urbanas do país, como

<sup>6</sup> COURGEAU D. Méthodes de Mesure de la Mobilité Spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes. L'Institut National D'Estudes Démographiques, Paris, 1988.

<sup>7</sup> Giusti, A., Calvelo, L.: “En busca de una medición de la reversibilidad”, en Celton, Domenach, Giusti (eds.), Migraciones y Procesos de Integración Regional, II Congreso Europeo de Latinoamericanistas-UNC-UBA, Córdoba, 1999.

também reflete, em muitos sentidos, a redistribuição da população no espaço metropolitano (Cunha, 2000, Cunha et.al. 2006)<sup>8</sup>. Assim, embora implique em mudança de residência (não importa se em caráter definitivo), este tipo de movimento não necessariamente resulta em mudanças de espaço de vida e, portanto nos termos definidos acima, não constituiria migração. Aliás, um dos tipos de deslocamento espacial mais “populares” (e em nada demográfico) entre os estudiosos hoje em dia, a “mobilidade pendular”, seria uma das faces mais visíveis deste processo: muda-se de lugar, mas não se perde o vínculo pré-existente com o território.

Seja qual for nossa inclinação ou, melhor dizendo, nossa necessidade em termos analíticos de visualizar a migração a verdade é que, a contrariamente ao que acontece com as outras duas variáveis demográficas, mortalidade e fecundidade, sua definição abre enormes flancos para discussão. É bem verdade que espaço e tempo são centrais em sua definição, mas várias questões se colocam: que espaço (ou escala espacial) seria relevante para ser considerado? Que tempo ou período seriam os ideais para uma adequada análise da migração? Seria realmente possível falar sobre um caráter definitivo da mudança domiciliar? No cenário contemporâneo das migrações, substituir a ideia de definitivo por residência usual, como tem sido feito, seria suficiente para resolver os problemas de captação de dados sobre migração?

Estamos de acordo com Bilborrow (1998) quando este afirma que

...as the field of migration advances, albeit slowly, it has become clear that there are kinds of migration besides the usual so-called ‘permanent’ or ‘long-term’ migration involving an unambiguous change of usual residence. In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent... nor is the residence; indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself. (p.5)

<sup>8</sup> CUNHA, J. M. P. La Movilidad Intrarregional En El Contexto de Los Cambios Migratorios en Brasil en El Período 1970-1991: El Caso de La Región Metropolitana de São Paulo. Notas de Población. Santiago de Chile; CELADE; p.149-185. 2000.

CUNHA, J.M.P et. al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. I., Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.

O que se percebe, portanto, é que se no passado, particularmente nos países em desenvolvimento como o Brasil quando a migração de mais longa distância era a que ditava o compasso do fenômeno, talvez fosse mais fácil pensar a migração a partir de categorias mais herméticas como origem/destino, urbano/rural, industrial/não industrial etc., hoje a questão se coloca de forma mais complexa.

Ou seja, se no passado a complexidade e diversidade das formas de mobilidade espacial da população, eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas da migração no Brasil, em particular a migração rural-urbana, e até mesmo pela falta de dados, hoje ela se manifesta com toda força, não apenas reproduzindo alguns aspectos já observáveis nas décadas anteriores, mas também apresentando novas feições, fenômenos, condicionantes e consequências.

Neste sentido, pensar de maneira mais geral na mobilidade espacial da população talvez fosse o mais adequado para nos desprendermos tanto de certos pressupostos e visões ultrapassadas que nos acompanharam até pouco tempo, quanto para vislumbrar novos conceitos, novas relações entre estes movimentos populacionais e, mais que isso, novas formas de compreender a dinâmica demográfica de nosso país e mais especificamente de nossas cidades e aglomerações urbanas.

Organizado em oito capítulos, este livro ao trazer contribuições de vários estudiosos da questão migratória, busca justamente apresentar um conjunto de reflexões cujo objetivo é contribuir para a análise do fenômeno sem a pretensão, no entanto, de esgotar a discussão. Como verá o leitor, a maior parte dos textos aqui apresentado trazem ideias, considerações e proposições que, nem sempre acabadas, levam à reflexão, indicam caminhos e oferecem alternativas, não apenas para pensar o fenômeno demográfico de maneira teórica, mas também empírica.

Em “Temas Metodológicos Claves en el Estudio de la Migración en Países en Desarrollo: Teoría, Recolección de Datos y Políticas”, Richard Bilborrow da Universidade da Carolina Norte dos Estados Unidos da América, compartilha conosco de modo objetivo e sucinto parte de suas preocupações sobre o tema migratório, questões estas decorrentes de sua enorme experiência de pesquisa no tema. O texto apresentado ressalta aspectos do campo da

migração, especialmente a interna, nas quais o autor encontra deficiências que devem ser encaradas como a teoria, a coleta de informações e formulação de políticas específicas.

O segundo capítulo traz a contribuição de outro professor cujos estudos tem sido referências não apenas no Brasil, como na América Latina. Com o título “Migraciones y movilidad espacial: retos teóricos y metodológicos”, Hervé Domenach da Universidade Cézanne – Aix-Marseille III da França, com foco prioritário na migração internacional, desenvolve seu argumento em torno da busca de uma resposta à seguinte pergunta: como discutir os desafios e dificuldades para se estudar a mobilidade espacial da população frente às mudanças em curso em nossas sociedades? Para o autor as respostas resultariam, por um lado, dos estudos acerca das mutações pós-modernas em matéria de migrações e, por outro lado, da diversidade dos perfis e categorias de mobilidade. Como uma reflexão extremamente instigante o autor nos abre caminhos para compreender e estudar a mobilidade populacional nos dias de hoje.

O terceiro texto apresentado neste livro é de Jorge Rodriguez que, a partir de sua condição de conceituado investigador do CELADE-Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) realiza uma reflexão a partir de experiência latino-americana sobre a questão migratória. Em *¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad?*, o autor discute vários elementos atinentes ao estudo do fenômeno. Assim, são considerados temas como a diversidade de migração interna na região, a relação campo-cidade, os fatores de expulsão das áreas rurais e urbanas, bem como os novos fatores de atração; também são feitas considerações sobre políticas explícitas e implícitas que impactam o fenômeno bem como aspectos relativos à migração entre cidades.

“Migrações Internas no Brasil Século 21: desafios conceituais” é o título do quarto capítulo e da contribuição trazida por Rosana Baeninger professora e pesquisadora do IFCH/NEPO/ UNICAMP. Seu trabalho inova ao repensar e reavaliar algumas categorias até agora utilizadas para o estudo de migração e oferece alternativas resultantes de sua experiência acumulada nas últimas duas décadas. No texto a autora apresenta algumas reflexões

que contemplam o cenário recente das migrações internas no Brasil, com a proposição de novas noções para o entendimento teórico-metodológico dos processos migratórios em curso no país.

O capítulo cinco traz a instigante contribuição “Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas” de Eduardo Marandola Jr., pesquisador do NEPO/UNICAMP. Nela se discute a relação mobilidade-vulnerabilidade no contexto das aglomerações urbanas, a partir do conceito de espaço de vida. Desde um ponto de vista que enxerga a mobilidade espacial da população com um fenômeno que se configura mais além do tradicional deslocamento “casa-trabalho”, o autor traz para o debate o conceito de espaço de vida que, segundo ele, amplia as possibilidades da análise da mobilidade e sua complexidade. Com base nesta nova forma de compreender as possibilidades de deslocamentos da população, o texto analisa o quadro particular de vulnerabilidade diante de perigos específicos que se derivam desta mobilidade espacial na metrópole.

Nossa contribuição para este livro é apresentada em dois capítulos. O primeiro deles é o capítulo seis como o texto “Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta”. Neste ensaio realizamos uma reflexão sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e os processos de segregação socioespacial da população nas grandes aglomerações urbanas. Tal reflexão, parte do pressuposto de que a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda.

Dois capítulos de ordem técnica-metodológica completam este livro com a preocupação de oferecer ao leitor uma reflexão sobre os desafios e potencialidades das principais fontes de dados disponíveis no Brasil para a análise da migração.

No capítulo sete José Irineu Rangel Rigotti beneficiado por seu profundo conhecimento das fontes de dados e enorme criatividade para o uso das mesmas, nos apresenta em “Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas” reflexões sobre as potencialidades

dos Censos Demográficos para o estudo da migração. Depois de realizar uma concisa, mas ao mesmo tempo completa revisão dos momentos pelos quais passou a migração interna no Brasil nos últimos 60 anos, Rigotti nos oferece indicações importantes sobre as possibilidades que os nossos Censos, desde o de 1960, abrem para se conhecer melhor o fenômeno migratório. Finalmente revela algumas oportunidades que fontes alternativas de dados abrem para este campo temático como são os casos da RAISMIGRA, o Censo Escolar e as pesquisas O/D.

O oitavo e último capítulo, uma parceria com meu colega Alberto Jakob, pesquisador do NEPO/UNICAMP, também tem como ênfase uma importante fonte de dados para os estudos migratórios: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Assim, no texto “O uso da PNAD na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos” apresentamos as potencialidades oferecidas pela referida pesquisa, bem como as restrições impostas tanto pelo seu desenho amostral, quanto pelos tipos de informações recolhidas. O texto não apenas mostra algumas possibilidades do que se pode ou não fazer com esta fonte, como também coteja os resultados obtidos a partir delas com aquelas derivadas do Censo Demográfico.

Este livro mais que uma reunião de importantes especialistas sobre o tema migratório no país e no mundo, representa um (re)encontro com colegas e amigos que, em grande medida, foi possibilitado justamente por compartilharmos a mesma preocupação, interesse e, por que não dizer, paixão por este objeto ao mesmo tempo complexo e instigante, os movimentos da população no espaço. Da mesma forma, foi fundamental o suporte financeiro do CNPq que não apenas possibilitou a realização do seminário que motivou esta publicação, mas também foi decisivo para que este livro pudesse se materializar.

Na verdade, ao finalizá-lo acredito também haver realizado um sonho há muito tempo acalentado, ou seja, o de oferecer à comunidade de estudiosos de população em geral, e aos “migrólogos” em particular, um material que, sem grandes pretensões, pretende motivar, incentivar e orientar novos e não tão novos pesquisadores interessados no tema.

Espero que assim seja.